

**INDICAÇÃO DE ORIENTADORES MESTRADO 2021.**

<b>ALUNO</b>	<b>AREA/ LP</b>	<b>PROJETO</b>	<b>ORIENTADOR</b>
Markson Valdo Monte Rocha	1/1.1	O desígnio da tutela adequada e a teoria das Capacidades Institucionais.	Leonardo da Cunha
Cristiany Gonçalves Sampaio Coelho	1/1.1	As Câmaras de negociação, mediação e conciliação no âmbito dos estados da federação e a possibilidade de auxílio nos conflitos federativos.	Sérgio Torres
Caroline Justine Vasconcelos	1/1.1	O incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica: a disregard doctrine na preservação do direito de defesa do sócio.	Sérgio Torres

Oswaldo Teles Lobo Junior	1/1.1	A compatibilidade do Habeas Corpus coletivo com a Constituição Federal de 1988 à luz dos princípios constitucionais processuais.	Carina Gouvêa
Pietro Gouveia de Cerqueira	1/1.1	NEOCONSTITUCIONALISMO E OS NOVOS LIMITES DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Gina Gouveia
Victor Wanderley Cadete Cavalcanti	1/1.1	UTILIDADE, POSSIBILIDADE E DESAFIOS DE UMA MULTIDISTRICT LITIGATION BRASILEIRA.	Gina Gouveia
Rafael Gomes Da Cunha Cavalcante	1/1.2	A inserção dos dispute boards no regime jurídico administrativo: entre a compatibilidade e a concretização da eficiência à luz da análise econômica do direito.	Edilson Nobre
Victor Lucio Cavalcanti Poroca	1/1.2	CAPACIDADE CONTRIBUTIVA EM TEMPOS DE CRISE: ANÁLISE DO DISCURSO JURÍDICO DAS MEDIDAS DE AUSTERIDADE TOMADAS EM PERÍODO DE CRISE POR BRASIL, PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS SOB	Luciana Grassano

		A PERSPECTIVA DE JUSTIÇA FISCAL.	
Maria das Gracas Pina Da Silva	1/1.2	COMO UM SISTEMA TRIBUTÁRIO ALTAMENTE REGRESSIVO PODE SE TORNAR ÓTIMO? O PAPEL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA E A BUSCA PELO EQUILÍBRIO ENTRE EQUIDADE E EFICIÊNCIA.	Marcos Nóbrega
Nathalia Nobrega Cocentino	1/1.2	Os novos paradigmas de atuação do Tribunal de Contas da União e o controle sobre as agências reguladoras: uma análise à luz da LINDB.	Edilson Nobre
Ariadne Virginia Sidou Ramires	1/1.2	POLÍTICA FISCAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REALIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA: O papel da tributação dos lucros e dividendos empresariais.	Luciana Grassano
Rafael Leal Botelho Pacheco Meira	1/1.2	A RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ANTE AS FALHAS DE MERCADO.	Walber Agra

Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira	2/2.1	<p>DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COMO BASE SOCIAL DA OPRESSÃO, DESIGUALDADE E PRECARIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA FEMININA.</p> <p>Uma análise crítica do Trabalho das Mulheres no Polo de Confecção do Agreste de Pernambuco e sua exclusão da tutela justrabalhista.</p>	Everaldo Gaspar
Maria Luiza de Castro Nunes Pereira	2/2.1	<p>DESEMPREGO ESTRUTURAL E A CRISE DO DIREITO DO TRABALHO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO EM RECIFE SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL.</p>	Everaldo Gaspar
Pedro Henrique Fontes Pinto de Azevedo	2/2.1	<p>ENTRE PROMESSAS E (IM)POSSIBILIDADES: As “stock options” como extração da mais valia e dominação do trabalhador.</p>	Hugo Melo

Leonardo Albuquerque Leitão	2/2.1	DO DIREITO À DESCONEXÃO DA CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO Um estudo acerca do seu conteúdo, limites e a possibilidade de dano existencial pelo seu descumprimento..	Carlo Cosentino
Arlindo da Cunha Pereira Neto	2/2.1	ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA: LAMPEJOS DE POSSIBILIDADE CONCRETA DE SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO ATRAVÉS DA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA BASEADA NA NÃO-ALIENAÇÃO DO TRABALHO?	Michel Zaidan
Aline Pires Gomes	2/2.1	A (RE)SIGNIFICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO, A SERVIDÃO DIGITAL E A OBSOLESCÊNCIA DA DOGMÁTICA JURÍDICA TRADICIONAL: O RESGATE DA IDENTIDADE DE CLASSE, A REESTRUTURAÇÃO DO SINDICALISMO E O DIÁLOGO INTERNACIONAL COMO PROJETO PARA A EMANCIPAÇÃO	Hugo Melo

		CIBERPROLETÁRIA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INFORMACIONAL.	
Raif Daher Hardman de Figueiredo	2/2.2	DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES COLETIVOS DA REDE DE FRANQUIAS SOBRE OS INTERESSES INDIVIDUAIS DO FRANQUEADOR.	Ivanildo Figueiredo
Jáder Aurélio Gouveia Lemos Neto	2/2.2	IMPACTOS DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA SOBRE A HERMENÊUTICA DAS NORMAS DE DIREITO CONTRATUAL DO CÓDIGO CIVIL.	Ivanildo Figueiredo
Cacyone Gomes Barbosa Gonçalves	2/2.2	RESPONSABILIDADE CIVIL DO COMPARTILHAMENTO DE DADOS DOS CONSUMIDORES.	Ivanildo Figueiredo

Thiago Dueire Lins Miranda	2/2.2	AS OBRIGAÇÕES PROPTER REM NO DIREITO BRASILEIRO: análise a partir da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça relativa a cotas condominiais.	Humberto Carneiro
Davi Araújo de Melo	2/2.2	CONTROVÉRSIAS SOBRE A MONOGAMIA: Princípio estruturante do casamento e da união estável.	Venceslau Tavares
Alice Cysneiros Bezerra Carvalho Oliveira	2/2.2	A POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DO IMÓVEL FINANCIADO PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH).	Venceslau Tavares
Andreia Carolina de Castro Filizola	2/2.3	TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL DE MERCADORIAS: O impacto da COVID-19 aos contratos e às cláusulas aplicáveis.	Paul Weberbauer

Madson Douglas Xavier da Silva	2/2.3	A JOINT VENTURE FIRMADA ENTRE A PETROBRÁS E A PDVSA PARA A CONSTRUÇÃO DA REFINARIA ABREU E LIMA: um estudo sobre os aspectos contratuais à luz do Direito Internacional Privado.	Aurélio Boaviagem
Luciana Cristina Sampaio Ribas Padilha	2/2.3	O CÓDIGO DA LEI VERSUS O CÓDIGO COMO LEI: o embate entre a normatização jurídica e o progresso tecnológico em torno das aplicações descentralizadas em blockchain.	Aurélio Boaviagem
Debora Buarque Cordeiro	2/2.3	A ÚLTIMA FRONTEIRA DO ESTADO: legitimidade da regulação estatal das criptomoedas e iniciativas de uniformização.	Eugênia Barza

Soraya Mendes Ribeiro	2/2.3	OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INTEGRAÇÃO REGIONAL E NO ACORDO ENTRE UNIÃO EUROPÉIA E	Marcelo Medeiros
-----------------------	-------	---	------------------



		MERCOSUL.	
Clara Corban Britto Guerra	<b>2/2.3</b>	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (Nº13.709/2018): principais impactos para contratos que contêm transferência internacional de dados e seus agentes.	Eugênia Barza
Bruna Cavalcanti Falcao	<b>3/3.1</b>	Inquéritos em disputa: uma análise sobre a atuação do estado policial quando da investigação de mortes violentas de mulheres na região metropolitana do Recife.	Manuela Abath
Matheus Barbosa de Melo	<b>3/3.1</b>	DIREITO À CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA NO BRASIL: COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA E O ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS	Flavianne Nóbrega

Mateus Trinta Bruzaca	<b>3/3.1</b>	A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL PÓS-AUTORITARISMO: Sobre a inclusão do Outro nas experiências brasileira e argentina de (de)formação do discurso jurídico sobre leis de autoanistia.	Jayme Benvenuto
Polireda Madaly Bezerra de Medeiros	<b>3/3.1</b>	CINZAS DE CIMBRES: análise da Ação Penal n. 0000366-76.2006.4.05.8302 sob uma perspectiva intercultural – desconstruindo dogmas do processo penal.	Flavianne Nóbrega
Afonso Henrique Freire da Fonseca	<b>3/3.1</b>	A ADPF 153/2008 E A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE	Bruno Galindo

		SOB O ENFOQUE DO MODELO COEVOLUTIVO DE GÓNGORA MERA.	
Higor Alexandre Alves de Araujo	<b>3/3.1</b>	VERDADE POLICIAL E CHANCELA JUDICIAL A valoração do Tribunal de Justiça de Pernambuco dos depoimentos de policiais em flagrantes por tráfico de droga.	Manuela Abath
Felipe De Brito Alves Belo	<b>3/3.2</b>	PRINCÍPIOS E PRECÍPIOS: POLISSEMIA E INSEGURANÇA JURÍDICA EM JULGAMENTOS DO STF PÓS-1988.	Torquato Castro
Luciana Regina De Macêdo Ferreira	<b>3/3.2</b>	O estado de exceção como técnica decisória: o governo da vida na obra de Giorgio Agamben.	Mariana Fischer
Arthur de Oliveira Xavier Ramos	<b>3/3.2</b>	A opacidade da violência objetiva: o contraste decisório do	Mariana Fischer

		administrativo e do judiciário na violência policial em Pernambuco.	
Maria Carolina Lemos Russo Cartaxo	<b>3/3.2</b>	Decisão jurídica como construção social discursiva: análise crítica das argumentações em torno da nova Política de Educação Especial.	Artur Stamford
Caio Henrique Vilela Costa	<b>3/3.2</b>	HÁ UMA SATISFATÓRIA ESTRUTURA DE JUSTIFICAÇÃO RACIONAL DAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS? UMA ANÁLISE AO SISTEMA DECISÓRIO DO BRASIL EM ATENÇÃO AOS CRITÉRIOS DA TEORIA PADRÃO DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.	Alexandre da Maia
Diego Ranier dos Santos Silva Macedo	<b>3/3.2</b>	A prática da argumentação no Direito: o paralelo entre a Decisão Judicial fundamentada e a teoria da	Pedro Parini

argumentação de Toulmin.